

ECONOMIA CRIATIVA DE RESISTÊNCIA: Cultura e cidade - subjetividade e micropolítica

PARADIGMA ÉTICO/ESTÉTICO

Este texto resultou de uma reflexão e atitude de resistência à recente criação no Ministério da Cultura da Secretaria de Economia Criativa. Anunciada com bastante retardo em relação a sua aplicação em países hegemônicos, a Secretária criada vem divulgando com bastante empenho e colocando em prática a sua efetiva adoção admitindo tratar-se “de uma grande estratégia desenvolvimento e distribuição de renda”. Contudo, resta a questão da pertinência e adequação deste “transplante” em nosso país, cuja composição social é bastante diferenciada e de enorme desigualdade social em relação aos países desenvolvidos, os quais vêm adotando essa prática com objetivos prevalentemente econômicos de integração ao mercado de trabalho e renda.

Final, o que nos é vendido o tempo todo, senão isto: maneira de ver e sentir, de pensar e de perceber, de morar e vestir? [...] Chame-se como se quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia material, sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade.

Peter Pál Pelbart

INTRODUÇÃO

Recentemente, mais do que antes, a palavra *criatividade* vem assumindo uma posição de destaque e tornou-se palavra-chave em qualquer discurso no âmbito das três formas de pensar e criar: Ciência, Arte e Filosofia, todas elas permeadas pela “invisível” dimensão política, particularmente, quando estas formas se referem à *Cultura* e a *Cidade*. Entretanto, torna-se difícil para o senso comum (doxa) interiorizar conscientemente o que afirmou Gabriel Tarde: “*Resistir é criar*”.

Em sua condição natural todo o ser humano é criativo, pois, a criatividade, relaciona-se com a própria transformação contínua da vida e tem se manifestado em multiplicidade e heterogeneidade de acontecimentos e ações individuais e coletivas, as quais caracterizaram ao longo da história diferentes formações sociais, e isso, sob a égide de uma importante tríade conceitual: *Saber-Poder-Subjetivação*.

A criação não é atributo de gênios, nem condição exclusiva da ciência e da indústria, ela é potência de qualquer ser humano. Ser criativo não constitui um privilégio de nossa época, mas condição geral da existência humana, pois, sempre existiram diferentes maneiras de criar, mesmo quando ocorrem repetições sobre coisas já criadas (recriações). Vale ressaltar que as coisas se repetem diferenciando-se, pois, não há repetição sem diferença. O par conceitual Diferença/Repetição em sua dinâmica processual vem

desconstruindo” o caráter estático do conceito Identidade que visa preservar as “coisas em si”, manter algo que se caracteriza por sua Essência e permanência. Todavia, nada permanece igual a si mesmo, tudo se transforma, pois, sempre há criação, mesmo na repetição que se diferencia, em grau ou nível. Outra coisa é a Diferença de natureza, ou seja, a emergência de um Acontecimento, singularidade, autêntica criação no sentido de um Devir-outro da Existência.

Contudo, o ato criativo em seu entendimento torna-se indissociável da relação existente entre *Saber-Poder-Subjetivação*, conceitos estes que, enquanto virtuais, incorporais e auto-referentes do universo filosófico, se atualizam discursivamente em estados de coisas, corpos e vividos, pois, sempre estiveram presentes caracterizando diferentes formações sociais, inclusive hoje, com maior razão. Entretanto, nem sempre se tem uma suficiente compreensão desta tríade conceitual, pois, justamente por isto, a noção de criatividade acaba sendo entendida como algo transcendental ou ontológico, a exemplo da “*coisa em si*” a ser procurada, encontrada e incorporada, ou ainda, a pretensão de se ensinar a ser criativo.

Inseridos entre processos seletivos, os indivíduos considerados mais criativos, encontram-se, hoje, frente a uma acirrada competição promovida pelas “Sociedades de Controle”, todavia, esquece-se a presença de “Multidões”³ que compõem um agregado informal de multiplicidade e heterogeneidade de seres humanos, anônimos, descentrados, centrífugos e nômades, também criativos, embora a criatividade deles se exerça em micro ações de sobrevivência num mundo marcado por enorme segregação, exclusão e desigualdade social, ações criativas essas que passam despercebidas e não levadas em conta em presença de valores estabelecidos pela produção cultural dominante.

Os *Saberes* de qualquer natureza constituem estratificações históricas (Foucault), ou seja, *Estratos*, e isso, no sentido de sedimentações, acumulações, dobramentos, inflexões e possuem grande mobilidade. Multiplicidade e heterogeneidade de estratificações configuram saberes de uma determinada época, caracterizando a sua *Cultura* sempre presente na criação e desenvolvimento de Cidades, ou seja, a indissociabilidade entre elas. Vale salientar que existem estratos físico-químicos, orgânicos e antropomórficos (culturais). São estes últimos que caracterizam os saberes (conhecimentos), e isso, pela dupla articulação que possuem: “*Formas de expressão*” e “*Formas de conteúdo*”, ou seja, o que se diz e o que se vê, “As palavras e as coisas”. Entretanto, os Estratos para Deleuze/Guattari, possuem, também, uma dupla articulação, todavia, atribuindo-lhes um sentido mais ativo e processual de inserção em um contexto social: “*Agenciamentos coletivos de enunciação*” (regimes semióticos) e “*Agenciamentos maquínicos*”, o que se faz (ações e paixões).

Entretanto, essas estratificações enquanto saberes tornam-se indissociáveis das relações de poderes (composição de forças que afetam e são afetadas). O par conceitual

Saber-Poder constitui o “*Fora*” do mundo da representação (universo molar, macro), ou seja, de um lado, o que coletivamente se enuncia, do outro, o que se faz e se percebe sensorialmente, envolvendo todos os sentidos. Vale salientar que essa relação do Saber-Poder hegemônica e dominante sempre coexistiu com um contra-Saber-Poder emergente, numa relação que permite caracterizar uma situação de conflito, ou seja, de enfrentamento antagônico no mundo da representação e constitui a *Macropolítica*. Os saberes e poderes dominantes e seus dispositivos (redes de instituições, diagramas e estratégias) têm caracterizado diferentes formações sociais, frente à presença “subversiva” de contra-saberes-poderes emergentes, os quais, embora reprimidos, sempre se orientaram para mudanças criativas, paradigmáticas. Entretanto, essas duas indissociáveis variáveis Saber e Poder pressupõem uma terceira variável: a *Subjetivação*.

Vale observar que quando se fala de subjetivação, preconceitualmente, se alega que a questão subjetiva é uma questão que cabe especificamente a cada indivíduo, pois, o importante é ser objetivo. O apelo à objetividade funciona como “palavra de ordem”: ser objetivo! E isto, em detrimento da potencialidade e importância da construção da subjetividade individual e/ou coletiva, particularmente quando a subjetividade é orientada para criar novos saberes e novos poderes, e isso, enquanto resistência aos saberes e poderes dominantes que efetuam o controle social.

Para Foucault, toda relação de forças é uma “Relação de Poder”. O Poder não é uma Forma, por exemplo, a forma Estado. A força, enquanto conceito em sua atuação, nunca está no singular, tem como característica essencial estar em relação com outras forças. A relação de forças ultrapassa a violência e não pode se definir por ela, pois, a violência afeta corpos, objetos ou seres determinados, cuja forma ela destrói ou altera. O poder é: “Uma ação sobre ação, [...] um conjunto de ações sobre ações possíveis” (Foucault).

O poder possui diferentes características: incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar e também, dividir no espaço (práticas específicas de internar, enquadrar, ordenar, colocar em série); ordenar no tempo (subdividir o tempo, programar o ato, decompor o gesto); compor no espaço-tempo todas as maneiras de constituir forças produtivas. Dessas características, Foucault conclui: o poder não é essencialmente repressivo, desde quando incita, suscita e produz.

O Poder se exerce antes de se possuir, entretanto, só se possui sob determinados *Dispositivos*. Ontem: sob a égide do Estado Nação e através de dispositivos (instituições) como a escola, fábrica, hospital, caserna, prisão, entre outros dispositivos, e isso, enquanto *espaços confinados* das Sociedades Disciplinares, os quais ainda perduram, embora eles venham perdendo a hegemonia que desfrutavam. Entretanto, hoje, nas Sociedades de Controle, os dispositivos são de outra natureza e se realizam em *espaços abertos*, particularmente, através dos processos midiáticos da informação

e comunicação, “espaços de fluxos” em tempo real, decorrente dos avanços tecnológicos, manifestações estas que invadem com suas imagens e mensagens multiplicidade e heterogeneidade de “espaços de lugares” existentes em nosso planeta.

O poder enquanto rede de micropoderes passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes. Em relação ao Poder sempre emergem as seguintes perguntas: o que é o poder? De onde vem? Como se exerce? Para Foucault, o exercício de poder aparece como afeto, ou seja, poder de afetar outras forças com as quais ele entra em relação e, ao mesmo tempo, de ser afetado. Pois, o poder incita, suscita, produz afetos ativos e efeitos úteis, todavia, não esquecendo que toda força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistência, ou seja, de também afetar enquanto força reativa de resistência.

O poder de ser afetado é como uma “matéria” da força e, o poder de afetar é como uma “função” da força, uma física da ação abstrata, pois se trata de uma pura matéria não formada, indissociável das substâncias formadas. Entre as relações de *forças* que constituem o poder e as relações de *formas* que constituem o saber (conteúdo e expressão), não há identificação, pois, forças e formas são de natureza heterogêneas, embora indissociáveis, apenas se pressupõem reciprocamente e estabelecem capturas mútuas.

Considera-se que o saber diz respeito a matérias formadas, formas de expressão e de conteúdo, e que o poder não passa por formas, mas, apenas por forças e é diagramático, mobiliza matérias e funções não estratificadas (fluxos, intensidades) e procede através de um segmentaridade flexível, pois, o poder não passa por formas, mas por pontos, pontos singulares que marcam, a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação às outras forças, no sentido de um afeto (afetar). Trata-se sempre de um poder local, instável e difuso.

As relações de poder não emanam de um ponto central, de um ponto único de soberania, mas no interior de um campo de forças, de uma rede de poderes enquanto inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudança de direção, resistências, por isso que essas relações não são localizadas em uma instância ou em outra. Neste sentido, elas constituem uma *Estratégia*, enquanto exercício do não estratificado, pois, “as estratégias são anônimas, quase mudas e cegas, pois escapam às formas estáveis do visível e do enunciável” (Foucault). Justamente, é a instabilidade das relações de poder que define um meio estratégico ou o não estratificado, é por isso que para Foucault o poder remete a uma “Microfísica”. Resumindo, pode-se afirmar que “o poder é um exercício e o saber um *regulamento*”. A relação Saber/Poder constitui o “*Fora*” do mundo da representação, do que se convencionou denominar de *Objetividade*, pois, socialmente se exige *Ser* sempre objetivo, a *Subjetividade* não entra em cena, ela fica sempre nos

“bastidores”, invisível no mundo da representação da macropolítica, trata-se de uma *micropolítica*.

Vale observar que quando um cidadão qualquer enquanto indivíduo se encontra inserido em uma formação social, não escapa ao dobramento, ou seja, à “*Dobra*” do “*Fora*” no “*Dentro*” enquanto dimensão da *Subjetividade*, embora ocorra em presença da relação saber/poder. Entretanto, o processo de subjetivação não depende da imposição desta relação, pois, individualmente, trata-se de uma relação consigo mesmo, uma nova dimensão irreduzível à relação saber/poder.

Considera-se que o Poder ao tomar com objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder, o que significa que outras forças do lado de fora não param de subverter, no sentido de derrubar os dispositivos e diagramas de forças dominantes. O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimento peristáltico, de pregas e dobras que constituem o lado de dentro, ou seja, nada além do lado de fora, mas justamente o lado de dentro do lado de fora. Se o lado de fora é a força em relação com outras forças, espontaneidade de afetar, e receptividade de ser afetada, o lado de dentro constitui uma relação diferente, pois, trata-se de forças consigo, ou seja, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si, enquanto construção da *Subjetividade*.

O conceito de *Subjetividade* enquanto resultado de um processo construtivo, de fabricação, pode ser provisoriamente definido como:

[...] o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas, estejam em condição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (GUATTARI, 1993)

O território existencial de cada indivíduo ou coletividade enquanto construção sedimentada e dinâmica é onde ocorre, de fato, a emergência e desenvolvimento da criatividade.

Questão essa que leva à seguinte pergunta: como dominar os outros se não existe um domínio de si mesmo? Longe de ignorarem a interioridade, o “*Dentro*”, a individualidade, a *subjetividade*, ou similar entendimento, os gregos inventaram a “*Estética da existência*”, a relação consigo, no sentido da regra facultativa do “*homem livre*”. Disto decorre a idéia fundamental de Foucault: a *subjetividade* que deriva da dobra do *Fora* (saberes/poderes) na construção do dentro, não depende deles no sentido de uma mera imposição, aceitação, mas também por resistência. Basicamente, podemos registrar quatro (4) dobras de *subjetividade*.

A primeira dobra depende da parte material de nós mesmos: o corpo e seus prazeres para os gregos, a carne e seus desejos para os cristãos, ou seja, o *organismo* como um dos mais imanentes elementos de estratificação dos indivíduos (a herança gené-

tica e eventuais limitações do corpo e dos sentidos). A segunda dobra diz respeito às relações de forças, o *Poder* em sua atuação mais presente, pois, é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças é dobrada para tornar-se relação consigo, podendo gerar tanto uma aceitação, consenso, ou ao então, uma atitude de resistência, de dissenso. A terceira dobra relaciona-se com o *Saber* enquanto regime de pressuposição da verdade uma ligação do que é verdadeiro com o nosso ser, dobra historicamente bastante mutável, enquanto subjetivação do saber, em virtude da multiplicidade e heterogeneidade deles. Embora, como afirma Foucault, o saber não é ciência, não passa necessariamente pelo filtro epistemológico do verdadeiro ou falso. Por fim, a quarta dobra é aquela do próprio lado de fora: a *interioridade da espera*. É dela que o sujeito de diversos modos pressupõe ou não a imortalidade ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte, o desprendimento. As quatro dobras exemplificam as quatro causas da subjetividade: a final, (da espera); a formal (do saber); a eficiente (do poder); a material (o corpo).

Essas dobras são extremamente variáveis e ocorrem em ritmos diferentes e essas variações, mutações, constituem modos irreduzíveis de subjetividade. Todavia, elas operam interiorizando códigos e regras que emanam dos saberes e poderes dobrados, porém, não sem que outras dobras ocorram e ajudem a criar resistências aos poderes dominantes que se dobram na interioridade individual e/ou coletiva. Entretanto, a luta que se anuncia, hoje, passa por resistir às duas formas de sujeição. A primeira consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder dominante; a segunda, em ligar cada indivíduo a uma *identidade fixa*, conhecida, configurada uma vez por todas. Então, a luta interna da subjetividade se apresenta como *direito à Diferença*.

Justamente a “Dobra” do “Fora”⁴ para “Dentro” dos indivíduos promove, efetua enquanto construção, a subjetividade individual e/ou coletiva. Esse dobramento não é impositivo, pois, depende da introspecção dos saberes e poderes assimilados por cada indivíduo ou coletividade, pois, um indivíduo ou multiplicidade e heterogeneidade deles aderem ou não aos saberes e poderes constituídos e dominantes, ou então, interiorizam outro “Fora”, ou seja, de um contra-saber-poder emergente e que procura afirmar uma diferente “*visão de mundo*”, enquanto dimensão ética, e isso, no sentido de desejar a emancipação social, um outro modo de vida resistindo e superando o exercício e o controle dos saberes e poderes dominantes.

CIDADE E CULTURA

No âmbito da tríade conceitual acima referida, cabe a pergunta: como se insere a relação *Cidade/Cultura*, enquanto formas de expressão e de conteúdo, e isso, discursivamente frente ao que se enuncia coletivamente e o que se faz culturalmente em uma cidade em

um dato momento histórico? Como os saberes agenciados por relações de poderes se efetua na Cidade em sua dimensão cultural, enquanto dispositivos de controle social ou de resistência? Qual a participação anônima e criativa de uma Multidão de seres humanos que constitui um agregado informal de multiplicidade e heterogeneidade de cidadãos? Como Acontecimentos (criações) paradigmáticas registram transformações marcantes, ou seja, Devires-outros na relação Cultura/Cidade enquanto processos criativos de subjetivação em diferentes formações sociais? Sem dúvida, perguntas complexas que devem pressupor a presença inalienável dos processos de subjetivação, tanto individual quanto coletiva.

Constata-se, também, considerando multiplicidade e heterogeneidade de cidades no planeta, qualquer uma delas que se considera, resulta de uma específica e singular estratificação histórica, criativos saberes, exercícios de poderes e processos de subjetivação, pois, não há como desconhecer estas indissociáveis relações e que têm como elemento primordial a criatividade, seja ela voltada para a manutenção dos saberes e poderes dominantes, ou então, para desconstruí-los.

Nas Sociedades Disciplinares a criatividade era centrada massivamente na relação Capital/Trabalho voltada para a produção de bens materiais. Embora a produção de bens imateriais coexistisse, a criatividade não ocupava a cena da produção que o capitalismo industrial então materializava, mas exercia uma função de natureza quase transcendental, particularmente na produção artística e filosófica, voltada para a fruição contemplativa ou reflexiva. Estabelece-se, assim, uma distinção e prestígio de seus produtores e admiradores, produção essa valorizada, a guisa de um entesouramento, todavia, não com fins explícitos e exclusivos de mercantilização, embora a produção literária, ilustrações artísticas, arquitetura, música, teatro e cinema tivessem atingido, também, um relativo grau de comercialização enquanto investimento, porém bem distinto do que ocorre hoje, em que a criatividade tornou-se a forma mais desterritorializada da produção do capitalismo pós-industrial.

Tratava-se de fato de uma produção cultural, todavia, incomparável com as redes hoje existentes de apropriação de bens imateriais, pois, a produção capitalista encontrava nas formas de energia a matéria prima para o seu desenvolvimento. Hoje, na presença das Sociedades de Controle, não é mais a energia (mecânica, hidráulica e elétrica) que prioriza o desenvolvimento, mas a informação que, através dos meios de comunicação das tecnologias avançadas, potencializa, agiliza e facilita a invenção e a produção desses bens imateriais e que, ao mesmo tempo, favorece a apropriação da produção desses bens sob o crivo da criatividade, e isso, enquanto *indústria cultural* em seus diferentes níveis e graus.

As redes de cidades, globais ou não, através dos meios de informação e comunicação que configuram processos midiáticos, promovem os “espaços de fluxos” em tempo

real, entretanto, contaminam os “espaços de lugares” de qualquer cidade em sua configuração histórica e cultural, os desejos e crenças de seus cidadãos. Apesar de diferentes graus de resistência, constata-se uma tendência cultural à homogeneização dos costumes enquanto práticas culturais, e isso, sob a égide da incitação ao consumismo compulsivo e à espetacularização da existência sob controle, aplicando aos bilhões de seres humanos a invisível “*coleira eletrônica*”⁵. Tendência que afeta indistintamente redes de cidades enquanto “Espaços de lugares”, por vezes, lugares historicamente singulares e que, todavia, acabam se submetendo a essa produção que se configura em redes controladas de “cidades genéricas” e culturalmente homogêneas ou que evidenciam processos de gentrificação urbana através do que se convencionou denominar de Planejamento Estratégico.

Atualmente, Cultura e Cidade passaram a ser tratadas como mercadorias, não apenas em relação às suas manifestações científicas, artísticas e filosóficas, tampouco apenas em relação ao solo urbano, matéria prima da desenfreada especulação imobiliária, mas, da crescente apropriação e privatização dos serviços e equipamentos sociais em geral, e mais ainda, a privatização da produção intelectual, da criatividade, configurada na “guerra” das patentes em acirrada competição no mercado da indústria cultural e do “pedágio comercial” de suas atividades. As palavras: privatização, “marketing”, publicidade, espetáculo, identidade, patrimônio, planejamento estratégico, entre outras, tornaram-se palavras-chave indissociáveis da atualização discursiva dos conceitos Cultura e Cidade.

Mesmo considerando as tendências dessa nova forma de produção capitalista, cultural e urbana, focos de resistência emergem através de invisíveis redes e ações a guisa de revoluções moleculares enquanto micropolíticas e que se contrapõem às macro revoluções utópicas da Modernidade. Pois, não existe neutralidade. Todo Saber-Poder tem sua dimensão política (evidentemente não partidária) e implica um posicionamento, e isso, no sentido de adesão ou resistência ao que está sobrecodificado e efetuado pelo *Aparelho de Estado*.

CRIATIVIDADE E RESISTÊNCIA

Considerando que a Economia Criativa é um conceito que foi sobrecodificado pelo MinC, implantado, anteriormente, em países do primeiro mundo que vem sendo transplantado no nosso país sob a égide do capitalismo pós-industrial, torna-se oportuno transcrever um lapidar entendimento do que seja um aparelho de Estado

[...] o aparelho de Estado é um agenciamento que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos

conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de um nos outros e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficiência depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social [...] Não há ciências de Estado, mas máquinas abstratas que têm relações de interdependência com o Estado. Por isso, sobre as linhas de segmentaridade dura, devem-se distinguir os *segmentos de poder* que codificam os segmentos diversos, a *máquina abstrata* que os sobrecodifica e regula suas relações, o *aparelho de Estado* que efetua essa máquina. (DELEUZE; PANET, 1998, p. 150)

Outra questão que merece ser compreendida além da diferença acima mencionada entre as Sociedades Disciplinares e as Sociedades de Controle, diz respeito ao valor da subjetividade enquanto criatividade (bem imaterial), conceito que não foi devidamente assimilado pelo capitalismo industrial, pois, tal entendimento não penetrou completamente em seu modo de produção. Entretanto, nas “Sociedades de Controle” do capitalismo pós-industrial (do consumo e da espetacularização da existência), a criatividade assume o seu pleno reconhecimento enquanto matéria prima do novo modo de produção e que, agora, não ocorre mais em espaços confinados, mas, em espaços abertos dos processos midiáticos.

Processos esses que desempenham um papel fundamental na formação da subjetividade, seja ela individual ou coletiva. Tal fato relaciona-se com o conceito *neomanagement*, (novas formas de manejo, manipulação, sem dúvida, nos empreendimentos) e cujo problema é: como controlar o incontrolável, ou seja, a criatividade, autonomia e iniciativa alheias? Daí o estímulo às noções de implicar-se, mobilizar-se, encontrar prazer no trabalho, ser criativo, todavia, sem que se torne visível o controle, a manipulação do que se cria para quem se cria, sob a égide do desenvolvimento do trabalho e distribuição de renda. Trabalho e renda, sim, entretanto, que tipo de trabalho, para quem e que participação usufrui o criador? Quem mais lucra com a criatividade? É por demais conhecido o destino de criações científicas, artísticas e filosóficas que configura, hoje, o poderio da indústria cultural, ou seja, no *marketing* das questões e problemas que dele emergem e relacionados com direitos autorais, indevidas apropriações, falsificações e piratarias de todo gênero. Pois o importante é o lucro!

Desde o toyotismo em oposição ao taylorismo, o trabalho imaterial enquanto trabalho intelectual, a cooperação e a invenção tiveram uma posição de elevado reconhecimento, entretanto não havia, ainda, uma preocupação direta e imediata na busca do lucro, mas eram evidenciados valores dos seres humanos, seus afetos, o sentido moral, sua honra. Entretanto, os novos dispositivos de controle do capitalismo pós-industrial, desenvolveram um engajamento bem mais completo e sofisticado com recurso da psicologia e das ciências cognitivas, e isto, justamente por serem práticas mais humanas e de penetração em profundidade na subjetividade das pessoas. Ao mesmo tempo reconheceram que a criatividade em sua interioridade, seus afetos, se

encontrava então fora do processo econômico (RIFKIN, 1998) produtivo do capitalismo industrial. Percebendo isso, os novos dispositivos de controle acabaram entendendo e assumindo que a *criatividade é a nova e inesgotável matéria prima do capitalismo*, e isso, no sentido de uma Desterritorialização deste novo capitalismo frente ao território e sua fronteira antes restrita, mecânica e pesada do capitalismo industrial que não considerava a criatividade como insumo privilegiado em seu ciclo produtivo material.

Nesse sentido diz Pelbart (2009, p. 21, grifo nosso):

[...] o novo capitalismo em rede, que enaltece as conexões, a movência, a fluidez produz novas formas de exploração e de exclusão e, sobretudo uma nova angústia – a do desligamento [...] sabemos que a maioria se encontra nessa condição de desligamento efetivo da rede. O problema se agrava quando o direito de acesso às redes, como o diz Rifkin (e agora se trata não só da rede no sentido estrito, tecnológico e informático, mas das *redes de vida* num sentido amplo) migra do âmbito social para o âmbito comercial. Em outras palavras: se antes a pertinência às redes de sentido e dependia de critérios intrínsecos tais como tradições, direitos de passagem, relações de comunidade e trabalho, religião, sexo, cada vez mais esse acesso é mediado por *pedágios comerciais*, impagáveis para uma grande maioria. O que se vê então é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas.

Portanto, o ciclo da nova riqueza, a criatividade, passa pela captura e apropriação de uma massa considerável de trabalho intelectual e afetivo, e isso, em troca de tarifas consideradas muito baixas em relação ao lucro que dela se auferem. Prática que vem sendo considerada uma forma “libertária” de lucrar e que inclui a auto-realização pessoal (todavia, não evidenciada a preocupação por vezes torturante de quem trabalha criando), ou então, nem mesmo, a cooperação e/ou associação no trabalho em equipe que se desenvolve (também, não evidenciada a velada competição interna e a imponderável e acirrada competição externa enquanto jogo de interesses). Disso, pode-se então concluir que o capitalismo em seu atual desempenho enquadrou e mercantilizou o desejo. Fica claro que, mesmo sob outra imagem, o capitalismo vem sofisticando o lucro em uma nova corrida à procura da *valiosa mina de inesgotável reserva: a criatividade humana*, traduzida em “*Economia criativa*”.

Insistindo, pois, na construção e função da subjetividade nas relações de saberes e poderes, se torna necessário agora, entender a relação entre a Macro e a Micropolítica. Não se trata de uma redução de escala, ou seja, da aplicação da mesma política exercida em espaços ou contextos maiores ou menores, pois, tais políticas não se identificam, são de natureza diferente, heterogêneas, apenas coexistem e se pressupõem reciprocamente. A primeira, a macro, relaciona-se com as práticas que emergem do mundo da representação, do universo macro da fenomenologia, da direta percepção que se relaciona com as quatro ilusões do mundo apontadas por Deleuze (1988) e que emanam de manifestações de exterioridades apreendidas e sobre elas se concentra a forma de entendimento.

A primeira ilusão se reporta a *Identidade* do conceito, $A=A$ (vale salientar que jamais qualquer coisa que se considera permanece igual a si mesma, pois, no processo de variação contínua dos fluxos da existência e de imprevisíveis conexões, as coisas se transformam, mudam, prevalecendo a *Diferença*, seja ela de grau, de nível ou de natureza). A segunda ilusão, diz respeito à *Analogia do juízo*, ou seja, à enunciação de proposições que se pressupõem verdadeiras (a cidade é um organismo, “a cidade é uma árvore”). A terceira ilusão se relaciona com a forma dual de pensar, ou seja, a *Oposição dos predicados* (sim/não, bem/mal, finito/infinito, etc.), ou seja, a indissolúvel *Unidade* dos pares conceituais antagônicos da forma de pensar dialética, entretanto, na nova forma de pensar prevalece a *coexistência* de *Multiplicidade* de diferentes conceitos, a *Heterogeneidade* deles, e isso, em conexões dinâmicas e contínuas em rede aberta, pois Diferença não é oposição. Por fim, a quarta ilusão, a *Semelhança* do percebido, em que se assemelham discursivamente coisas e contextos diferentes (São Paulo, considerada a Milão da América do Sul; Recife a Veneza brasileira). Meras exterioridades daquilo que se percebe, pois são realidades muito diferentes social e culturalmente.

Desse entendimento e ciente dessas ilusões, a vertente do pensamento contemporâneo adotada por este autor, tem procurado desconstruir esse entendimento, e isso, não no sentido de destruir o pensamento dialético, enquanto importante expressão de milenar história, mas, no sentido de retirar-lhe a hegemonia que ainda possui e evidenciar o seu limite e alcance em relação aos infinitos universos moleculares e siderais. Neste sentido, vale lembrar que a microfísica (quântica) não destruiu a física clássica, a microbiologia não destruiu a biologia, assim como a micropolítica não acabou com a macropolítica do mundo da representação, a qual se exerce na bipolaridade de disputas antagônicas (das oposições), embora não com plena ciência da coexistência de “revoluções moleculares” de natureza subjetiva e que vão pouco a pouco lhe retirando a hegemonia que a macropolítica ainda desfruta.

A questão relaciona-se com a emergência de uma nova forma de pensar que, com se afirmou acima, questiona as limitações do pensamento dialético herdado da Modernidade, privilegia novos conceitos que vêm adquirindo discursivamente uma significativa relevância na filosofia contemporânea. Trata-se, pois, do pensamento que emana da *Lógica da Multiplicidade*, também denominada *Lógica da Diferença* e seu novo e rico repertório conceitual. Pensamento que se equivale a uma *Filosofia Prática* (Pragmática) no sentido de uma *Micropolítica* e cujo Plano de imanência (filosófico) é conhecido como pensamento rizomático, plano onde o pensamento se orienta para pensar. Esse pensamento e seu rico repertório conceitual atualizado discursivamente, parte da recusa dos pares conceituais da lógica binária, Princípio/Fim e Causa/Efeito, pois, na infinidade e eternidade da Existência, não há Princípio nem Fim, pois, as coisas se encontram sempre no Meio, no Entre, no *Intermezzo* de circunstâncias, situações, contextos e

contingências. Em lugar da relação causa/efeito, emergem *Acontecimentos*, enquanto criações, singularidades, Devires-outros, e isso, em permanente moto-contínuo de fluxos de Multiplicidade e Heterogeneidade de conexões entre Estratos, Territórios, Agenciamentos onde ocorrem Desterritorializações (linhas de fuga); criam-se Máquinas abstratas, Corpos sem órgãos, Máquinas de guerra, Aparelhos de Estado, Aparelhos de captura, Ritornelos; percorrem-se Espaços lisos e trajetórias Nômades ou se permanece em Espaços estriados e sedentários; o conceito *Caos*, não se reduz propriamente à Desordem, mas, trata-se do lugar de todas as formas, lugar da criação, “o oceano da dessemelhança,” entre outros conceitos.

Contudo, no universo da lógica binária, sempre se exige ser *objetivo*, e isso, sob a tirania do pensamento racional herdado da Modernidade e elege-se a *objetividade*, ou seja, ser objetivo como palavra de ordem, e isto, em detrimento da *Subjetividade*, a qual é mantida escondida nos bastidores da macropolítica ou nos porões do inconsciente. Contudo, especialistas em psicologia têm ciência de sua importância para os processos criativos e entendem como poderosas imagens de elevado nível estético e convincentes dizeres seduzem o cidadão individualmente ou Multidões deles promovendo desejos. Entretanto, tais especialistas não estabelecem uma relação direta com a mercantilização generalizada de tudo o que é produzido, inclusive o próprio desejo enquanto mercadoria, o desejo que funciona como mola impulsora do ciclo exponencial do consumo e da espetacularização da vida. Práticas essas sobrecodificadas, consentidas e efetuadas pelo aparelho de Estado, no âmbito da ilusória “Democracia representativa” enquanto manifestação de exterioridade das alternâncias partidárias na luta pelo Poder.

A micropolítica tem uma dimensão diferente e relaciona-se com os processos de subjetivação enquanto visão de mundo, no sentido político (não partidário) e se expressa em atitude ética, tendo por objetivo a emancipação do controle social existente, especialmente dos processos midiáticos que muito contribuem para a fabricação de subjetividades. Vale entender que a macropolítica após a frustrada utopia social da derrocada da revolução socialista com a queda do Muro de Berlim, apenas vingou um suposto aperfeiçoamento da democracia representativa, todavia, sob um mais sofisticado e ágil controle, agora, através da invisível “*coleira eletrônica*”, na expressão de Deleuze, como dispositivo midiático de captura dos ativos imateriais, ou seja, a inteligência cognitiva, a afetividade e a criatividade que compõem a mina de ouro do capitalismo pós-industrial, o qual vem manipulando a construção da subjetividade individual e coletiva, enfim, a criatividade como mercadoria.

A micropolítica, por sua vez pressupõe revoluções moleculares, micro revoluções de resistência e criatividade no dia a dia das práticas sociais, em sua dimensão molecular e, para tanto, conta com a biopolítica, não enquanto poder sobre a vida, mas, o poder da vida, a potência da vida e que deve significar *criatividade de resistência*.

Nessa economia da micropolítica de resistência, a subjetividade produz uma economia afetiva, desejo, força viva, intensidade, quanta social e psíquica em rede de multidões de seres, potência política da vida!

Considerando a condição específica de nosso país, onde multidões e multidões de seres humanos ainda se encontram segregados e excluídos, pergunta-se: como a construção de subjetivadas individuais e coletivas se efetua? E como isso ocorre frente ao bombardeio contínuo dos meios virtuais de informação e comunicação que se encontram massivamente em mão de grandes corporações capitalistas? Como esses dispositivos enquanto máquinas de sobrecodificação, binárias e axiomáticas⁶, evidenciam os saberes dominante, ações e sentimentos conformes, que se dobram na fabricação das subjetividades, e isso, em presença do aparelho de Estado que consente a sua efetuação?

Do ponto de vista pedagógico, o que significa que profissionais economistas administrem cursos de *Economia Criativa* promovidos pelo MinC. e não através de educadores devidamente politizados no sentido de uma pedagogia de emancipação social e que orientem os jovens e/ou gestores culturais a *criar*? Como resistir à estratégia imposta e relacionada apenas às expectativas de desenvolvimento individual de trabalho e distribuição de renda visando o mercado, e isso, frente ao universo de extenso controle e desemprego generalizado no mundo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério da Cultura, criando a Secretaria de Economia Criativa permanece no universo da macropolítica no âmbito do capitalismo pós-industrial global, em presença de questões não resolvidas em nosso país e pertencentes às formações sociais anteriores (o período escravocrata e o capitalismo industrial), tanto do ponto de vista social e econômico, particularmente em relação à educação e cultura, saúde pública e trabalho), todavia, sem desmerecer totalmente, os relativos avanços econômicos, sociais, políticos e culturais obtidos.

Contudo, a questão levantada diz respeito à construção das subjetividades individuais e coletivas, enquanto micropolítica, pois, o Plano Nacional de Política Cultural, não entra nessa dimensão, não é seu objetivo e meta. É absolutamente omissivo! Os seus objetivos e metas resultam da macropolítica e justamente, a Economia Criativa nela se insere e visa como estratégia enunciada o desenvolvimento e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e distribuição de renda.

Por uma questão de sobrevivência tal apelo é compreensível. Vale lembrar que o lema “Estratégia de desenvolvimento e distribuição de renda” constitui um denominador comum de todos os ministérios em nosso país e cujo objetivo maior é estimular a formação de mão de obra qualificada, frente a um imenso “exército de reserva” de desempre-

gados e analfabetos no setor dos saberes e tecnologias de ponta. Em contrapartida a essa exigência e em função desse despreparo tecnológico, o MinC. entra em cena e aposta em dois amplos setores: a produção de atividades artísticas em geral (incluindo o artesanato) e na Preservação de bens patrimoniais móveis e imóveis.

Em relação à produção artesanal, basicamente, ela passou a ser de certa forma “industrializada” (produção seriada de certos produtos confeccionados por máquinas), mesmo fora dos locais que lhe deram origens e inserida em rede de mercados, tornando assim homogênea essa produção enquanto setor complementar da indústria turística. Quanto à preservação da Memória, ela se realiza como atitude de respeito à herança cultural, todavia, também ela se insere no ciclo de programas e circuitos da indústria turística (a segunda no mundo depois da indústria bélica), portanto, como especial mercadoria.

O que se constata, entretanto nas práticas propostas pelo MinC. é a configuração da Cultura enquanto apoio e estímulo aos produtores de diferentes setores do universo da Arte e da preservação de bens patrimoniais como se afirmou acima. Desta forma, a cultura se insere no mundo da representação, do que se faz e do que se diz hoje, na forma de pensar e criar da arte, e tem presença inalienável nas diferentes cartografias da Cidade, ou seja, na vida urbana, como signos mais visíveis da multiplicidade e heterogeneidade de expressões artísticas e culturais relacionadas com a contemporaneidade e com o legado do passado, todavia, sob o viés da mercantilização.

Sendo assim, o que se pode concluir é que o Minc. importando o “modelo” da Economia Criativa, consciente ou não, está sobrecodificando uma experiência aprovada nos países hegemônicos em que se reconhece a criatividade como a nova mina de ouro, enquanto bem imaterial inesgotável, mercadoria a serviço do capitalismo pós-industrial, sobrecodificação esta que vem sendo efetuada, agora, pelo aparelho de Estado em nosso país. Ficando esquecido o caráter pedagógico da criatividade, não apenas como suporte ao trabalho e renda voltado para o mercado, mas, como dispositivo educacional de luta, de resistência à produção do marketing cultural homogeneizado e sob controle existente, hoje, em nosso país.

Parafraseando Paulo Freire, se poderia afirmar que a Cultura enquanto condensação de saberes, poderes e subjetivações em processos de criatividade da atual formação social, deveria expressar a seguinte proposição: *Cultura como prática criativa de emancipação social.*

Essas considerações, lançadas no calor do debate, merecem, sem dúvida, um maior e melhor desenvolvimento, contudo, espera-se que os tópicos aqui levantados, enquanto posicionamento pessoal possa promover conseqüentes reflexões sobre a questão da Economia Criativa.

Repetindo a expressão de que resistir é criar, penso que é desejável que a Economia Criativa seja uma *Economia Criativa de Resistência.*

Criar resistindo é preciso!

Pasqualino Romano Magnavita é professor do Programa em Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do CNPq.

NOTAS

- ¹ Vale salientar que desconstruir não possui a conotação de destruir, mas, de evidenciar a gradual perda de hegemonia do pensamento dominante, no caso, da formação discursiva herdada da Modernidade.
- ² No epílogo do seu livro *Conversações*, Deleuze (2000) caracteriza em poucas páginas o que ele entende por “Sociedades de Controle”, estabelecendo uma nítida diferença entre as Sociedades Disciplinares do capitalismo industrial e as sociedades do capitalismo pós-industrial.
- ³ O conceito Multidão vem sendo atualizado discursivamente por diferentes autores contemporâneos, desconstruindo, os tradicionais conceitos de Povo e Massa que se caracterizam pela homogeneidade de seus componentes.
- ⁴ O conceito Dobra, enquanto virtual, tem sido atualizado discursivamente por Foucault e Deleuze, no sentido de inflexão, de afetar ou ser afetado, dobrar ou ser dobrado, desdobrar, redobrar, mudança de natureza.
- ⁵ Expressão cunhada por Gilles Deleuze.
- ⁶ Historicamente, o axioma maior das formações sociais que conhecemos se configura na *propriedade*, seja ela pública ou privada. A cidade exemplifica esse axioma que, todavia constitui uma verdade evidente por si, um direito que se aceita sem discussão. Justamente por isso essas máquinas são axiomáticas. Binárias em relação à forma de pensar e sua lógica.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- _____. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Foucault*, São Paulo, Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- _____. *O que é a Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. *Vigiar e punir*. 20. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose, um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- _____. *Revolução molecular, pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliensw, 1987.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão, guerra e democracia na era do Império*. São Paulo: Record, 2005.
- PELBART, Peter Pal. *Vida capital, ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. _____. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Macron Books, 1998.